

SESSÕES DO PLENÁRIO

67ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de novembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO LULA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial de outorga da Comenda Dois de Julho ao Sr. Rosivaldo Pereira da Silva, Cacique Babau, nos termos da Resolução de nº 1.872/2018, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Secretário da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Paulo Cezar Lisboa Cerqueira, neste ato representando o governador Rui Costa; Sr. Deputado Federal Afonso Florence; Sr. Coordenador de Meio-Ambiente, Antônio Lobo, representando o reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos Sales; Sr. Subdefensor Público Geral, Rafson Saraiva Ximenes, representando o defensor público-geral, Clériston Cavalcanti de Macêdo; Sr. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA Alexandre Hermes de Andrade, representando o presidente da OAB-BA, Luiz Viana Queiroz; Sr.^a Coordenadora do Grupo de Jovens da Serra do Padeiro e sobrinha do homenageado, representando a família, Stefany Pereira da Silva; Sr. Presidente do Conselho e Diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista, ANAI, José Augusto Laranjeiras Sampaio; Sr.^a Antropóloga do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro Daniela Alarcon; Sr. Coordenador do CTL da Funai de Itabuna, Nicolas Melgaço dos Santos; Sr. Coordenador do Mupoiba, Movimento Unificado dos Povos Indígenas da Bahia, Kâhu Pataxó; Sr. Representante da AATR, Associação dos Advogados e Trabalhadores Rurais, Clóvis Santos Araújo. (Palmas)

E agora, eu solicito aos indígenas e familiares para que conduzam a este recinto o nosso homenageado, Rosivaldo Pereira da Silva, Cacique Babau. (Palmas)

(O homenageado é conduzido ao Plenário. Seus familiares entoam um cântico) (Palmas)

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- Neste momento, faremos a saudação ao nosso homenageado. Quero dizer que essa celebração é uma homenagem ao Cacique Babau, mas também a todos os povos indígenas do Brasil, (palmas) pela conjuntura extremamente complicada da história deste país, talvez nunca vivida. Quero dizer que apesar dele nós estamos aqui. (Palmas)

Então (Lê) “Hoje, dia 30 de novembro de 2018, é uma data histórica para esta Casa. Pela primeira vez, em 520 anos, esta Assembleia Legislativa da Bahia condecora uma liderança indígena. Estamos aqui, hoje, reunidos na Casa do Povo para condecorar

com a mais alta comenda conferida pelo Poder Legislativo uma das lideranças mais corajosa e atuante em defesa do seu povo. Antes da honraria que será prestada a essa liderança, nós, deputados dessa Casa e toda população baiana e brasileira que defende uma sociedade justa e igualitária, dividimos essa honra com o homenageado.

Lembrando que – além de condecorarmos nessa oportunidade o valoroso e valente Cacique Babau, assim Babau, batizado pelo seu avô paterno João Ferreira da Silva, de quem recebeu, aos 7 anos, uma grande missão que a ele só seria revelada no futuro – prestamos aqui a nossa solidariedade e admiração a toda nação Tupinambá, que nos séculos XVI e XVII eram descritos pelos invasores europeus como índios de verve guerreira, com apreço pela antropofagia e pela luta feroz contra os invasores portugueses. Lembrando que, segundo a mitologia dos Tupinambás, os índios não comiam a carne dos seus inimigos, mas sim o espírito daqueles que eram corajosos. Relatos do próprio governador Mem de Sá – que comandou em 1559 a luta dos portugueses, na praia de Cururupe, a Batalha dos Nadadores –, os corpos dos índios mortos e estendiam por mais de 5 quilômetros. Depois do genocídio, a fundação do aldeamento de Nossa Senhora da Escada, minimizou as dificuldades enfrentadas pelos portugueses para dominarem a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, com as terras destinadas, à época, ao cultivo da cana-de-açúcar. Feitos de mão-de-obra escrava, os índios continuaram a se articular e a resistir. Colocavam fogo nos engenhos, organizavam, articulavam e participavam das fugas junto com os escravos negros, embrenhando-se pelas matas que tão bem conheciam.

Chegam-se aos tempos dos perversos coronéis e de seus terríveis pistoleiros arregimentados na população pobre. Valendo citar pelo seu alto grau de periculosidade o coronel Manoel Pereira de Almeida e os jagunços Salu Barbadura, Testa de Ferro e Bode Preto e os pistoleiros de ditas modernas indústrias, o Zé Bagueiro e o famoso Antônio Silvino.

No entanto a Justiça – como até hoje –, a polícia – como até hoje – e a imprensa – como até hoje – tratam de criminalizar os que lutam pelos seus direitos, somente defendendo o capital.

Nas décadas de 1920 e 30, lê-se nos jornais da época que o ‘bando’ comandado por um ‘criminoso perigosíssimo e hediondo’ esteve à solta no Sul da Bahia. Após sucessivos confrontos com a polícia, seu líder foi preso e, em 1937, desapareceu. Tratava-se de Marcellino José Alves...” – não era o Galo, não é? – “(...), indígena que, junto a alguns companheiros, mobilizou-se para tentar barrar a penetração de não índios em suas terras, no que ficou conhecido como o ‘levante do caboclo Marcellino’, um dos muitos episódios de resistência territorial levados a cabo pelos Tupinambás. Na busca por Marcellino, os irmãos Flaviano, Lourenço e Rufino e suas famílias foram perseguidos e torturados. Estelina Maria Santana e seu irmão Pedro levaram uma surra de bainha de facão. Manoel Liberato de Jesus, o Duca, teve unhas arrancadas a saibro e a orelha esquerda pregada na parede. Estes e outros casos indicam que a constatação de uma injustiça, ruminada por décadas, conecta as retomadas de terras à violência historicamente perpetrada contra os indígenas da região. Mesmo durante o período em que se encontravam afastados de suas fronteiras, os Tupinambás nunca deixaram de sonhar em retomar suas terras. A Serra do Padeiro que, segundo relato, foi denominada de Serra da Pedreira pelos invasores, os índios por não dominarem o idioma, passaram a

chamá-la de Serra da Padeira e depois Serra do Padeiro, é um marco simbólico para os indígenas da área. Ali é a morada dos Encantados, entidades não humanas que, segundo a mitologia tupinambá, são os donos da terra.

Aqui, representando e dando continuidade à luta do seu povo e de todas as nações indígenas está o jovem batizado de Rosivaldo Ferreira da Silva (palmas), nascido em 12 de junho de 1974, filho de dona Maria da Glória de Jesus e do senhor Rosemiro Ferreira da Silva, e que com 29 anos se tornou o cacique Babau da Aldeia da Serra do Padeiro. Antes, Babau teve que sair, adolescente, da sua aldeia por conta da escassez de terra para sobreviver. Foi andando por Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, onde aprendeu muitas coisas e foi garçom, varredor, carregador de lixo, lavador de pratos em hotéis e outras profissões.

Atendendo ao chamado dos Encantados e à profecia do seu avô, ele retornou à aldeia para levantar seu povo na luta pelas terras.

Pela sua coragem e liderança, o Cacique Babau sofreu e sofre perseguições e processos judiciais, pelos quais foi encarcerado quatro vezes, mas nem assim abre mão da carne assada e da dança e de sua luta. Há 8 anos, passou 5 meses preso no Presídio de Segurança Máxima em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Quando saiu, foi incluído no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República por ameaças reiteradas de morte. As perseguições não dão trégua. Assim, em 2014 a Polícia Federal impede o Cacique Babau de sair do Brasil, quando iria visitar o Papa no Vaticano, o Papa Francisco, e ali iria relatar o sofrimento do seu povo.

Desde 2012, encontra-se na mesa do ministro da Justiça o processo de demarcação de 47 mil hectares de terra dos Tupinambás, mesmo com a comprovação da tradicionalidade da ocupação da área.

Serra do Padeiro, terras do povo Tupinambá, terra dos Encantados e do Cacique Babau, que por sua luta recebeu, em 3 de abril de 2017, a Medalha Chico Mendes de Resistência por indicação da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro. (Palmas)

Hoje, 4 mil e 700 indígenas que estão na Serra do Padeiro esperam a demarcação de suas terras, demarcação que já teve todas as contestações indeferidas e, no entanto, os sucessivos governos federais continuam descumprindo os prazos determinados...”

Aqui, um deputado, apenas dois deputados insistiam em contestar, falou neste plenário que esse censo foi feito pelo Cacique Babau, que não foi o IBGE, e, desse jeito, as índias pariram feito rato. Isso foi o que um deputado, um sem-vergonha, teve a coragem de dizer aqui, no plenário. Para a gente refletir sobre essas representações que, infelizmente, são escolhidas pelo povo, claro que mediadas pelo mercado do voto. Mas não é possível que no século XXI um deputado tenha a coragem de afirmar isso dentro de uma Casa como esta.

Então, aqui se contestou a origem indígena do Cacique Babau, dizendo que ele tinha origem negra.

Estão surfando na onda do fascismo. Nós precisamos resistir, porque esses oportunistas querem se apresentar para o dito ganhador da hora. Porque não é possível, o povo brasileiro não pode permitir, jamais, que o fascismo tome conta deste País.

Nunca aconteceu nesta Casa uma homenagem a um indígena, como também nunca aconteceu de se questionar a resolução após ser aprovada, questionando a banalidade, quando aqui foram homenageados empresários ricos, milionários, personalidades de todas as ordens e nunca questionaram, mas, sim, tendo os puxa-sacos aqui em peso.

Vejam, aqui, hoje, onde estão os deputados desta Casa? Assombrados com a reação daqueles que... Como a história mostra, há 520 anos se vem dizimando um povo de 5 milhões que existia neste país, e são apenas 800 mil hoje. Então, um massacre, um genocídio contra o povo indígena.

Mas nós não vamos vencê-los apenas contestando aqui as barbaridades que eles falam e cometem. É preciso seguir esse exemplo de luta do povo Tupinambá, porque eles não ouvem nenhuma outra linguagem se não for a linguagem da organização, da resistência e do avanço do povo brasileiro, dos negros e dos pobres.

O que ocorreu aqui foi uma manifestação racista e que sempre esteve por dentro dessa sociedade, apenas é o momento favorável de ela se manifestar. Mas a classe dominante odeia pobres, odeia a classe que compõe os pobres, as raças, odeia os indígenas, odeia os negros, odeia os gays, odeia as lésbicas. E o simplismo do fascismo não admite as diferenças, a diversidade, a complexidade da vida.

Então, é este momento em que estamos aqui para dizer que o povo vai resistir. Nós vamos retomar a democracia neste país! (Palmas)

(Lê) “Neste dia, o Cacique Babau, depois de receber a Comenda Dois de Julho, será o comendador Babau.”

Alguns, depois, perguntavam aqui: “Quem é Babau?”

(Lê) “E ele a estará recebendo em nome de sua luta e da luta dos irmãos Flaviano, Lourenço e Rufino; da companheira Estelina Maria Santana e de seu irmão Pedro; de Manoel Liberato de Jesus, o Duca; e de Marcellino José Alves (o caboclo Marcelino.)

Estamos, pois, aqui, a construir a história e que essa comenda sirva para reforçar a luta do povo indígena.

Viva o povo Tupinambá! (Palmas)

Viva os seus mártires que tombaram na luta!

Viva o Cacique Babau!

Agora comendador Rosivaldo Ferreira da Silva! (Palmas)

Demarcação já!”

Demarcação já!

Demarcação já!

Demarcação já!

(O Plenário se manifesta.)

Vida longa ao cacique Babau, ao povo Tupinambá! Vamos à vitória!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Quero pedir desculpas a vocês pela emoção, mas é impossível. E agora convido para fazer parte da Mesa o Sr. Secretário da Casa Civil, Bruno Dauster; o Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues.

Bom, agora essas sessões só falam de forma protocolar o homenageado e aquele que se propôs a homenagear, no entanto, pela dimensão e importância, vamos quebrar o protocolo para aqui, também, ouvir outras personalidades e autoridades.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Então, feito isso, convido a antropóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Daniela Alarcon, para saudar. (Palmas)

A Sr.^a DANIELA ALARCAN:- Bom dia. Eu agradeço ao povo Tupinambá, ao cacique Babau e ao deputado Marcelino Galo o convite para fazer parte desta cerimônia.

A atuação do cacique Babau, com raízes bem fincadas na terra, no Pé de Serra, na margem do rio de Una, ela estende os seus ramos muito além da Bahia. Os munduruku e os beiradeiros de Montanha Mangabal, no Rio Tapajós, no Pará, os guarani mbiás e as Mães de Maio, em São Paulo, os Terena, guarani kaiowá, em Mato Grosso do Sul, a Campanha pela Liberdade Rafael Braga e as Mães de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Essas e outras, muitas outras coletividades poderiam nos contar dos seus encontros com o cacique Babau. Eu vi mais de uma vez as palavras tupinambás em ação, a capacidade de inspirar e dar força para outras lutas. Mais que isso, de encantar e ser encantadas por outras lutas, por outros processos sociais que têm em comum o fato de lutar em defesa de territórios, de modos de vida, de memórias, do direito a existir e viver bem. Lutas travadas em condições absolutamente adversas, com muita coragem e com muita inteligência que deverão ser inspiração e exemplo para nós todos.

Eu entendo a comenda concedida ao cacique Babau, na direção do que Marcelino Galo já pontuou, como reconhecimento de uma empreitada coletiva. Eu pesquisei junto aos tupinambás da Serra do Padeiro há 9 anos. Eu estudo especificamente as formas de ação política que os tupinambás desenvolveram no processo de recuperação territorial, que tem essa expressão máxima nas retomadas de terra, as retomadas que são o centro dos ataques de indivíduos e grupos contrários aos direitos dos tupinambás.

No último período, mais especificamente, eu venho estudando o processo de retorno ao território de indígenas que viveram na diáspora. Como dizem os tupinambás: os parentes que estavam esparramados pelo mundo. E estavam esparramados pelo mundo, porque as suas terras foram tomadas, porque diversos mecanismos de desapropriação territorial foram usados ao longo de muito tempo contra eles. Eu venho pesquisando, tentando reconstruir em detalhes, a partir de pesquisa etnográfica, a partir da análise de um conjunto de documentos, essas transformações nas trajetórias de indígenas que passaram anos, décadas, dando o dia em fazenda, trabalhando em condições análogas à escravidão; de mulheres que serviram em casa de família e que não tinham onde enterrar os umbigos dos seus filhos, porque foram expulsas da terra; de indígenas que viram os seus parentes desaparecerem e enlouquecerem na cidade e que agora podem retornar, que agora estão engajados na construção coletiva de um potente projeto de futuro.

Nesse sentido, a comenda se estende às mulheres e homens de todos os troncos familiares que cotidianamente criam formas de viverem juntos, que cotidianamente

defendem o seu território, lembram os seus mourões, os seus antepassados, criam vínculos entre parentes, com aliados e com os encantados.

O reconhecimento da trajetória do cacique Babau por esta Casa, por meio da comenda, ele não apaga, não repara as violações que ele e o seu povo vem sofrendo, e o que é muito grave: violações que são perpetradas, em parte, inclusive pelo estado brasileiro.

Mas esse reconhecimento, certamente, é um contraponto aos discursos racistas, como o que o deputado Marcelino Galo, aqui, nos trouxe em sua fala, é um contraponto à construção ideológica da assim chamada Região Cacaueira, apoiada no discurso do pioneiro e na negação da presença indígena. É um contraponto à construção da memória oficial apoiada em tanto derramamento de sangue. Então, eu espero e creio que os meus colegas, outros pesquisadores que também desenvolveram uma série de trabalhos com os tupinambás, também esperam, nós esperamos que o reconhecimento simbólico que esta Casa, hoje, estende aos tupinambás, estende ao cacique Babau, seja acompanhado de colocações e posicionamentos contundentes, em defesa da conclusão do processo de demarcação da terra indígena tupinambá de Olivença.

Nós sabemos que a regularização fundiária de terras indígenas é matéria federal e não estadual, mas nós entendemos que a defesa da demarcação dessa e de outras áreas indígenas deve ser a prioridade dos representantes políticos e dos cidadãos da Bahia, de todos aqueles que são comprometidos com o futuro deste estado, e mais que isso, com condições de possibilidade de futuro para a humanidade. Então, invocando a memória dos que derramaram sangue pela defesa da terra indígena tupinambá de Olivença, desse território dos encantados eu parabeno o cacique Babau, eu parabeno o povo tupinambá. Demarcação já! Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Obrigado Daniela. Registrar a presença aqui de três grandes deputados e deputadas: do deputado estadual Bira Corôa, da deputada Maria del Carmem e da deputada Fátima Nunes. E fazer um agradecimento a esses companheiros e companheiras de bancada, porque aqui travaram um debate acirrado para garantir a realização desta sessão hoje.

Eu peço desculpas às duas deputadas, mas foi uma solicitação dos tupinambás, que o deputado Bira Corôa fizesse parte da Mesa. Então, convido o deputado Bira Corôa.

Também registrar as presenças de Marcos Paulo Souza, Secretário de Agricultura do Município de Nova Redenção; nosso companheiro Flávio Gonçalves, diretor do IRDEB, que é a TV Educativa e Rádio Educadora da Bahia; Juvenal Payayá, que é um intelectual indígena, já adquiri a publicação do seu último livro, é um grande estudioso, um dos indígenas mais reconhecidos pela sua participação como escritor; Guiomar Germânia, nossa professora coordenadora do grupo de pesquisa; Jurema Machado que é do PINEB da UFBA; Marcos Messeder, coordenador de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena; João Paulo de Jesus, do Movimento Nacional dos Catadores; e do nosso companheiro Carlos Martins, ex-secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Bom, agora vamos passar a palavra ao representante do governador Rui Costa, o secretário Cezar Lisboa, que é secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. (Palmas)

O Sr. PAULO CEZAR LISBOA CERQUEIRA:- Bom dia a todas, bom dia a todos!

Quero começar saudando aqui o proponente desta sessão tão especial, mais que especial, o deputado Marcelino Galo; aproveitar também para saudar o deputado Afonso Florence, e estender também a saudação ao deputado Bira Corôa, à deputada Fátima Nunes e à deputada Maria del Carmen, que são extremamente comprometidos com as causas das lutas sociais nesta nossa Bahia. Saudar aqui os meus colegas secretários: Jerônimo Rodrigues, que é o secretário de Desenvolvimento Rural; Bruno Dauster, que é o secretário da Casa Civil. Saudar também Antônio Lobo, coordenador de Meio Ambiente, que está representando o reitor João Carlos Salles, da UFBA; o meu amigo Rafson Saraiva Ximenes, que é subdefensor público, está aqui representando o defensor público-geral, Clériston Cavalcante Macêdo; o Sr. Alexandre Hermes de Andrade, membro da Comissão de Direitos Humanos, que está representando o presidente da OAB, o Sr. Luiz Viana Queiroz; a Sr.^a Sthefany Ferreira da Silva, coordenadora do Grupo de Jovens da Serra do Padeiro e sobrinha do homenageado, que aqui está representando a família; o Sr. José Augusto Laranjeiras Sampaio, presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANI). Saudar também outras pessoas dessa área de Antropologia, que estão aqui, a exemplo da minha colega de mestrado Sheila Brasileiro; a Sr.^a Daniela Alarcon, antropóloga do Museu Nacional do Rio de Janeiro, imagino que seja colega do meu amigo John Cunha Comerford, amigo pessoal meu. Saudar o Sr. Nicolas Melgaço dos Santos, coordenador da CTL da Funai de Itabuna; o meu amigo Kâhu Pataxó, que é coordenador do Movimento Unificado dos Povos Indígenas da Bahia (Mupoiba); o Sr. Clóvis dos Santos Araújo, representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), com um histórico de luta pelos trabalhadores aqui da Bahia.

Bom, mais do que fazer um discurso sobre as ações do nosso estado, ao longo desse tempo, em relação à questão indígena, e lembro até que, basicamente, quase todos os avanços, do ponto de vista de políticas públicas, ocorreram exatamente a partir dos governos Jaques Wagner e Rui Costa de várias formas e de várias... porque antes, basicamente não existia nada, nenhuma política voltada para a questão indígena aqui na Bahia. Mas não quero, necessariamente, falar disso.

Eu queria dizer o seguinte: (Lê) “Dizem que no Brasil havia milhões de indígenas distribuídos por diferentes povos. Dizem também que havia quase 1,5 mil línguas distintas. Sem precisar discutir quantas pessoas se identificam como indígenas, hoje, no Brasil, e sem querer contar quantas línguas ainda sobraram, é possível fazer uma reflexão.

Consigo perceber – e imagino que todo mundo com o mínimo de percepção e sensibilidade também perceba – que quando transitamos social e culturalmente na sociedade brasileira, encontramos muitas marcas, signos, índices, símbolos da presença indígena entre nós.

Aqui falo de presença, e não de contribuição. Contribuição parece algo do passado: alguém veio, contribuiu e se foi...

Mas toda vez que nós negamos essa presença, negamos de fato a nossa própria identidade ética e cultural do povo brasileiro, e não adianta dizer que a nossa bisavó era índia pegada a dente de cachorro. Ao negarmos essa presença, simplesmente, apagamos uma parte importante do que caracteriza o Brasil. Afinal, identidade de algo só pode existir em sua inteireza, se tirarmos uma parte, o todo não mais o é. Pode ser até outro, porém já não é mais o nosso ‘Brasil brasileiro’, como nos ensina a canção.

Este ato aqui significa essa presença. O cacique Babau não representa aqui apenas o seu povo tupinambá, representa todos os povos indígenas incrustados no Brasil, incrustados dentro de nós, na nossa alma de brasileiro. Estou usando o termo ‘incrustar’ para dar essa dimensão de presença. Tentar arrancar isso de nós mesmos é um ato de automutilação, de rompimento da nossa própria identidade cultural.

Se sabemos que existe essa presença indígenas no coração da nossa pátria, não podemos pensá-la como algo desencarnado, etéreo, uma sombra pairando apenas nos topônimos, nas figurações românticas da nossa literatura.

Aprendi com os camponeses e vi também escrito em um dos livros de Guimarães Rosa um dito popular bastante interessante que diz: ‘em existindo o nome, existe o bicho.’ Então deve existir por aí vários povos indígenas. Gente real, concreta, com seus cheiros e seus sentimentos, com suas alegrias e sofrimentos, com suas dores e seus risos, com seus amores e seus curumins, com seus cantos de festejos, seus suores de labuta, seu mundo simbólico e seu mundo material. E não posso acreditar que está lá de longe, digamos a alhures, no meio apenas de alguma densa floresta, intocada, vivendo naquilo que chamavam os antigos de ‘estado primitivo’. Eles têm que estar aqui entre nós, em todos os poros da nossa sociedade. Eles se encarnam, se adensam especialmente em alguns lugares onde constroem suas comunidades, suas vidas familiares, suas formas de sustento.

E se isso é verdade, então há de ter algum pataxó em algum lugar, algum kiriri, algum tuxá, algum tumbalalá, alguém que represente as 22 etnias distribuídas na Bahia. E com certeza há alguém tupinambá, há um povo e há um cacique. Esse cacique pode ser um homem muito inteligente, ele pode ser um homem muito trabalhador, ele pode ser um homem valoroso, ele pode até ser um comendador e receber a Comenda Dois de Julho.

Portanto, quando negamos a existência de uma questão indígena, a existência mesmo da identidade indígena, quando negamos que esses povos possam ter acesso ao seu território, suas terras ancestrais, estamos na verdade tentando negar a própria realidade que estamos imersos. Alguém pode até negar a existência indígena, mas nem por isso a realidade deixará de lhe bater à porta. Nem por isso os povos indígenas deixarão de lutar por seus direitos, sua dignidade sua afirmação cultural e identitária, por seus territórios e seu lugar de morar, com autonomia e altivez. Na última Feira Literária de Cachoeira – no ato em que o cacique Payayá, que já falou aqui, estava lançando seu livro de poemas, de literatura indígena...”

Eu fui fazer uma apresentação do cacique Payayá e do cacique Babau, que iam falar em nome dos povos indígenas que estavam lá naquele ato, e fiz com uma certa perplexidade, mas também com uma certa ironia, uma apresentação dizendo que eu tinha encontrado em vários livros que eu tinha lido, alguns livros mais antigos e outros bem recentes que eles, aqueles povos, tupinambá e payayá, estavam extintos. Eu estava,

então, apresentando pessoas presentes, mas que estavam extintas, supostamente. Dizia, então, que eles estavam extintos e que eles não existiam mais nesses livros.

Lê “(...) E se não reconhecemos a existência real e palpável, ficamos às bordas de um discurso de ódio, um discurso e uma prática que não permite equacionar positivamente a questão indígena brasileira que, na prática, essa questão significa solucionar os nossos próprios enigmas de iniquidades e buscar um país mais justo, mais solidário, em que a diversidade cultural brasileira possa conviver em paz.

Se os indígenas foram à luta pela liberdade e pela independência da nossa Bahia e do nosso Brasil. Se renovamos todo ano, nas comemorações do Dois de julho, essa presença na figura do caboclo e da cabocla, que como qualquer um pode observar...” E é fácil ver que mais do que uma cabocla, é a figura do índio e da índia que estão ali presentes, ou seja, de que estão ali “(...) representantes dos povos indígenas. Por que uma liderança indígena – que é o cacique Babau – não pode receber a Comenda Dois de Julho, que alude ao episódio que ele mesmo, em outro tempo, lutou em favor de toda a Bahia? Por que a nossa Bahia, hoje, não pode retribuir o ajudando a lutar pela liberdade e pela integridade dos territórios do seu povo? Ou nós só poderemos aceitar o cacique Babau, o povo tupinambá – que ajudou a construir as primeiras edificações da cidade de Salvador – ou as outras 22 etnias indígenas da Bahia, se dissermos a eles qual é o lugar deles? Ou seja, lugar nenhum, sem direito a uma fatia de terra que faz com que eles possam estar fisicamente, topograficamente em algum lugar, e culturalmente em seus próprios territórios ancestrais. E por acaso eles estão proibidos de lutar por isso?

Eis que, no Brasil de hoje, ainda temos que fazer essa discussão, ainda temos que conviver com a negação total e completa da causa indígena, com a negação de sua legitimidade e da sua luta. O marco temporal e as declarações do futuro presidente nos preocupam, sobre esse assunto. Mas a certeza de que muitos brasileiros e baianos abraçam essa causa do povo indígena é também reconfortante. Já dizia o poeta alemão Friedrich Hölderlin (1770-1843): ‘Onde há o perigo, cresce também o que salva’. Então, com direito a um trocadilho, eu quero concluir pedindo uma salva de palmas para a Assembleia Legislativa que concedeu a Comenda Dois de Julho ao cacique Babau, uma salva de palmas para o deputado Marcelino Galo que fez a propositura, uma salva de palmas a todos os povos indígenas da Bahia e, por fim, uma salva de palma ao comendador cacique Babau.” (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Agradeço ao secretário que neste ato representou o governador Rui Costa, e representou muito bem. Parabéns, secretário, pelo grande discurso.

Agora nós vamos assistir a um vídeo sobre a vida do cacique Babau.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Gostaria de registrar as presenças aqui também de Elisângela Araújo, que é da CUT, da Fetraf; Ademar Martins de Oliveira, vice-prefeito do município de Nova Redenção; TaataKonmannanjy presidente da Acbantu; Zezão Pereira, que é historiador do grupo de Teatro de Cordel da Bahia; a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, a Cese aqui presente, muito obrigado;

Movimento Negro Nigeocan, aqui presente, também; MSTB, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia Democrática de Luta; quilombolas da Associação Tatuapara, Praia do Forte; Movimento de Pequenos Agricultores, MPA; deputado estadual Pastor Sargento Isidório, deputado federal eleito.

Agora, vamos ao momento da entrega, convidar a sobrinha do homenageado, Stephanie Ferreira, para em nome do Poder Legislativo fazermos a entrega da Comenda Dois de Julho ao nosso homenageado, o Sr. Rosivaldo Pereira da Silva, cacique Babau. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Os índios entoam um canto.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Registrar a presença também do deputado eleito Robson Almeida, o do ex-deputado Isaac aqui presente também.

Agora nós vamos entregar um presente, aqui. Esse é o presente do mandato, as meninas escolheram meu cacique. (Palmas)

Registrar a presença, aqui, do presidente do PT de Salvador, Gilmar Santiago, (palmas); a presença também do vereador Tanda, do município de Una. (Palmas).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agora eu tenho a satisfação de passar a palavra para o nosso homenageado, o cacique Babau. (Palmas)

O Sr. CACIQUE BABAU:- Eu sou índio tupinambá!

A gente fica sem palavras, mas Jerry, o índio tem que estar aqui, não discriminado lá embaixo. (Palmas) (Ininteligível) no meio das pessoas grandes deste país, não é o que querem que nós seja, a escória, o lixo. O que falam de nós só pra dizer que nós tem menos valor, só porque nós somos dono legítimo, porque o dono da casa nem sempre tem direito de andar e viver em paz, nela, e nesses últimos 520 anos transformaram a vida das nossas nações num inferno profundo nesta terra.

Nós só sabe falar das mortes dos nossos, nós só sabe falar do sangue derramado ou das humilhações que sofre quando entra nos espaços, humilhações de todos os tipo, de todas as forma.

Todos que estão aqui é porque são diferentes, gosta de nós, nos ama, nem precisa eu repetir porque eu conheço cada um. Quando me colocaram nas celas, nas prisões, vocês foram pra rua, foram porque ama nós, indígenas, e porque viu eu representando. E aqui eu senti falta de um guerreiro, Yulo Oiticica (palmas), que junto com todos esses outros que aqui estão não só entrou em defesa das nações indígenas da Bahia, principalmente do povo Tupinambá, mas fez nós galgar espaço dentro do governo. Tá, não resolveu tudo, mas estamos aqui.

Mas eu quero, antes, falar outras questões, é um recado ao sangue: família Barbosa, conhecida como família Cassimiro em Buerarema, você é raiz da mesma árvore; família Bransford, vocês é raiz da mesma árvore; família Amaral; família Cudiúba; família Caetano; os Nô. Nessa cidade que nos despreza, que nos ofende, lembre-se: nós somos a maioria dentro dela. Chega da minoria sempre estar humilhando a maioria! Nós somos a maioria de pobre, a maioria de negro, a maioria de indígena, eu falo isso pra todo mundo, reduzida a pouco, como aqui, nesse instante, nosso querido Marcelino colocou. Nos exterminaram, reduzindo nós a menos de 800 mil, mas, na soma da camada pobre e negra, que inclui nós, nós se torna a maioria dentro deste país, e

somos a maioria de humilhado. E, por ser humilhado, ser escravizado e ser lutador de resistência, só votamos no inimigo e só botamos o inimigo no poder.

Mas, vocês, não esqueça que Nivaldo Barbosa, vulgo, conhecido Bigode, nosso primo, nosso parente dentro de Buerarema, foi o mais votado em 1994. Por recontagem de voto, ganhou por cinco voto; na recontagem, perdeu por quatro voto. Por isso que nós não assumimos o poder nessa cidade. E, desde então, a gente não consegue nem mesmo ser vereador, mesmo sendo a maioria. Olha os tronco! Não tenha vergonha! Vocês são da cidade, não tenha vergonha de assumir o seu sangue, saber quem vocês são, porque, na floresta, nós, que somos o mesmo tronco, a mesma família, não tivemos vergonha de assumir que ali há o massacre, havia um extermínio, uma expulsão em massa de nossas famílias durante 500 anos.

No momento que nós entendemos que nós só podia existir se nós perdesse a vergonha de dizer quem nós éramos, e na hora que os encantado... Porque nós, Nô, só tava esperando os encantado dizer: “É a hora!”. E eles disseram: “É a hora, não saia da terra, elas são de vocês, morada dos encantados. Vocês têm que nos prestar culto enquanto existir sobre a terra”.

Como é que nós nos afastamos de nossa origem? Com medo do outro? Só para ser bem recebido pelo outro? E aqui está a prova! Nós resistimos, combatemos a violência, a discriminação, o racismo, enfrentamos e lutamos pela nossa terra. O reconhecimento chegou hoje, então não tenha vergonha.

Eu vou falar aqui, nós, pra aqueles que diz... Primeiro, ao ilustre deputado desta Casa que disse que os índio pariu feito rato, diga a ele que lá nos Tupinambá rato pare rato, e mulheres só pare filhos de homem. Na terra que uma mulher parir um rato, é uma aberração. Isso, na cultura tupinambá. Não sei na desse cidadão.

Nada contra o senhor que aqui falou isso, mas quero dizer a ele, a esta Casa e a todos: em 1950, o censo dizia que nós era mais de 50 mil indígena. E o que aconteceu na Bahia? Um extermínio? Porque hoje nós não chega a 30 mil. Não, foi o peso do preconceito, da violência que fez as pessoas negar sua origem. Se tornou mais fácil assumir que é negro, ou pardo, ou branco do que assumir a sua origem, porque quando nós nos afirmamos...

Afinal, tem uma coisa em que eles tá certo: nós não é índio mesmo, não. Aqui existem nações indígena, nós somos povos, nações que merecem respeito, não discriminação, não racismo! Tá aqui, na Bahia, na qual essa medalha não vem representando só Babau, cacique Babau e o povo Tupinambá, não! Vem representando todas as nações da Bahia e do Brasil (palmas), vem em nome de todas as organizações indígenas, que não é pouca. Aqui na Bahia tem mais de 95 organizações indígenas, várias nações: tem o Mupoiba, tem o MIBA, tem todos. Nós nos somamos, cada um com nossa língua: Pataxó, com a língua deles; Tupinambá, com a nossa. Tá aqui, povos da Bahia: Kiriri! Presente! Tuxá! Presente!...

(Representantes indígenas passam a responder: “Presente!”)

(...) Fulni-ô! (“Presente!”) Pankararu! (“Presente!”) Kapinawá! (“Presente!”) Potiguara (“Presente!”) Tapuia! (“Presente!”) Pataxó Hã Hã Hãe! (“Presente!”), Xacriabá! (“Presente!”) Pataxó! (“Presente!”) Tupinambá! (“Presente!”) Tumbalalá! (“Presente!”) Payayá! (“Presente!”) Pankararé! (“Presente!”) Kantaruré! (“Presente!”) Pankararu! (“Presente!”) Kaimbé! (“Presente!”) Xucuru-Kiriri! (“Presente!”) Atikum!

(“Presente!”) Kiriri-Xocó! (“Presente!”) Tuxi! (“Presente!”) E Truká! (“Presente!”) E Kambiwá! (“Presente!”) Todos presentes! Nós existimos! Nós estamos! (Palmas)

Nos negar não vai resolver o problema, não, porque nós vamos incomodar sempre, nós estamos lá, nós somos seres vivos. Nós somos ser que tem religião, tem língua, tem história, sente dor, tem sabedoria. E a Bahia é que foi o berço da invasão do nosso país, para depois vir a negação do direito sobre nossas nações indígenas. Ainda é preciso, Marcelino, Afonso, Bira e os demais, somar com nossas nações e rever... porque em um estado gigantesco como este, a Bahia, maior do que muitos países que existe na Europa e em outros lugares, as terras indígenas são minúsculas, insuficientes para uma nação viver. Pataxó, no Extremo Sul, tem mais de 18 mil indígenas; a terra não chega a 100 mil hectares pra um povo que precisa caçar, pescar, coletar, exercer a tradição.

O povo Tupinambá, que aqui falou a quantidade..., Mas isso dentro de casa, porque o censo é fraco. Dentro, dentro da aldeia, nós passa de 6 mil. E em torno, nas cidades... Tupinambá é um povo que foi expulso, a maioria. Espalhados, nós soma mais de 20 mil. E hoje é o quê? É 47 mil hectares. Mas em 1926 o Ministério da Guerra demarcou, foi 50 léguas em quadro para Tupinambá, Pataxó e Aricobé.

Foi esse racismo da Bahia que fez negarem, chamar a nós de comunista porque nós sabe viver, nós sabe tratar o outro, nós não escraviza ninguém; porque, pra trabalhar, a gente divide igualmente; por não ter funcionário, diarista, então somos chamados de comunista. Foi negado o nosso direito, e dado em extinção a Tupinambá, porque o caboclo Marcelino resistiu em todas as frentes para não ter invasão. Nós teve que lutar muitos anos, dizer: “Estamos vivo!”. E teve, aqui não foi falado, teve que entrar com ação judicial para a 6ª Câmara reafirmar que os Tupinambá estava vivo, existia. Olha a negação do preconceito e do racismo.

Mas hoje esta Casa também fez um dever valoroso. Ah! Todas medalhas, todas homenagens sempre foi feita para os invasores do nosso país, o invasor que aqui entrou, que nos massacrou e sequestrou 5 milhões de negros e trouxeram para aqui, de sua casa, para viver aqui. É engraçado, esses não são chamados de assassinos, esses não são chamados de torturadores, esses têm que ser homenageados, esses têm que receber medalhas, pôr no peito e serem orgulhosos.

Agora, nós, o filho da terra, não tem direito a nada. Aí esta Casa, a Bahia, mais uma vez, agora, chega e quebra esse círculo. Aqui, hoje, está quebrando 500 anos de negação, 500 anos de preconceito e também colocando nós em igualdade na sociedade baiana. (Palmas)

O prêmio Comenda Dois de Julho, que aqui hoje eu recebi, me orgulha porque a independência da Bahia só existiu porque os índios e os negros se somaram para guerrear e morrer por essa defesa, e somos homenageados como caboclo. Mas não, ali não era caboclo. Ali era tupinambá, ali era payaya, ali era kiriri, ali era pataxó, mas também era povo bantu e de muitas outras nação.

O branco só se juntava a nós e só junta nós quando é para levar a vantagem ou vir usurpar alguma coisa em nossa casa. O estudo da terra tupinambá prova que remotamente 650 famílias residem dentro daqueles 47 mil hectares de terra que nunca saiu desde 1500 da invasão. É muita resistência para alguém ficar aos quatro cantos falando mal e dizendo...

Entraram com a suspensão da demarcação tupinambá no TRF; nós suspendemos: suspendemos mostrando, provando. E olha bem, não é o invasor que tem que provar, é o dono da casa que tem que provar que é dono, que ele não pode entrar na sua própria casa, não pode viver em sua própria casa. É preso, é assassinado e ainda leva o nome de assassino. Somos roubados e nós que somos chamados de ladrão. E lá, por 10 a 0, nós vencemos. Lá foi dito: “Quem não conhece esse povo? Quem não conhece a saga desse povo? Quem não conhece a história desse povo tupinambá?”. Isso foi o ministro relator. Depois nós vence, mas nós não leva. Mandou o ministro: “Publique a terra tupinambá, porque está tudo resolvido aqui. Judicialmente não tem nada, pendência nenhuma. Devolve a paz e o sossego a essa nação”. Mas até hoje ninguém assina.

Mas, enquanto as pessoas nos chutam, vá na casa tupinambá. Quem vai lá vê se há discriminação para sem-terra, para branco, para negros, para quem quer que seja. A casa tupinambá é aberta. Não é porque alguém me humilha, alguém me ofende, que eu vou fazer igual com o outro; porque eu tenho sentimento e sei a dor que eu sofro quando alguém me humilha. Por isso que eu não quero e jamais vou humilhar o outro.

Tem prêmios que a gente ganha, como aqui citado, que a gente fica assim, como o Prêmio Direitos Humanos – fui escrito, lá no livro, entre os 10 defensores, entre outras coisas –, as pessoas... Eu acho que defender uma criança passando fome, isso não é de ser premiado, não: isso é o dever de todo o ser humano. (Palmas) Alguém ver uma mulher sendo espancada e achar... Não, ninguém merece, não. É obrigação, dever defender o outro. Ver uma criança ser violentada e não defender, isso é um ato horrível. Ninguém precisa ser premiado por isso, não. Isso é dever de qualquer ser humano, porque até os animais faz isso, defende um ao outro para não ser ofendido, não ser atingido. Nós luta pela educação eficiente; nós luta para ter uma agricultura fértil, onde nós possa viver com qualidade de vida; nós lutamos por direito a existir, por direito à vida.

Prolongando um pouco – e assim eu sempre faço o discurso: indo na frente e voltando atrás –, quando esses que nos acusam... Nossa casa não tinha, até 2008, nem estrada, porque fazendeiro não permitia, porque ficava escravizando pessoas. Nosso território só servia para fazendeiro estar tirando madeira, e roubando os pássaros, os animais, e matando o peixe, no rio, com veneno.

Nós reagimos, questionamos, pedimos que fizesse escola boa para nós estudar, pedimos estrada. E o que aconteceu? Me botaram na cadeia, me prenderam porque eu cobrava o direito básico. Ninguém quer vir nesta Casa dizer isso, o deputado que falou mal de mim devia ver isso. Eu falo aqui que o tenente-coronel Gomes e o tenente-coronel na atividade foram até a Serra do Padeiro e se assustaram em ver a situação. Eu disse: “Eu prefiro ser preso do que chorar uma criança da minha família morta, do meu vizinho morto, porque isso que é desumano, isso que é violência, e não exigir que o poder público faça uma estrada. Isto não é violência nem aqui nem em lugar nenhum: você cobrar o direito básico. E aí o tenente-coronel, na hora que foi lá, disse: “A casa militar vai pagar o conserto dessas estradas, vou mandar o DERBA para cá, porque isso aqui é impensado. Agora, hoje, que não tem fazendeiro lá, vá na Serra e veja a belíssima estrada para todo lado, ponte, a qual a Car ajudou a fazer, o Governo do Estado ajudou a gente a contribuir! Vai lá ver: não tem mais analfabeto nem em Serra do Padeiro nem em torno da Serra! Não tem!

Essa medalha, essa comenda que estou ganhando aqui, mereço, sim! Sou orgulhoso, sou tupinambá, porque lá, até 2004, 80% das pessoas eram analfabetas, índio e o não índio. Nós chegamos em 2018 com ninguém analfabeto, a criança chega aos 4 anos e já sabe ler e escrever! Só por isso eu já merecia essa comenda!

Muito obrigado! (Muitas palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Presidente procede à entrega da Comenda Dois de Julho.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Nós vamos fazer o encerramento aqui no plenário, mas depois vamos fazer o encerramento com o toré, saindo daqui para fora.

Então, em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, amigos e familiares do homenageado... das Sr.^{as} e Srs. Deputados, da imprensa. E, antes de a gente encerrar, nós vamos ouvir o Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Nós vamos sair do Plenário acompanhando os nossos índios e índias. Agradeço a participação de todos.

Declaro encerrada a presente sessão.

Viva o comendador Babau!

Demarcação, já! Demarcação, já!

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.